

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída pela Companhia Energética de Brasília - CEB, conforme Deliberação da 11ª Assembleia-Geral Extraordinária, realizada em 14 de junho de 1976. Está registrada no livro "A" nº 01, sob nº 96 no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil, Casamentos, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, em 15 de setembro de 1976, e autorizada a funcionar por prazo indeterminado, de acordo com a Portaria nº 1301, de 20 de dezembro de 1978, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Fundação tem por finalidade básica instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária, sendo que qualquer prestação de caráter previdenciário somente poderá ser criada, majorada ou estendida com a respectiva receita de cobertura previamente definida em plano anual de custeio. Também poderá incumbir-se da prestação de serviços assistenciais à saúde, obedecidos aos preceitos legais e regulamentares aplicáveis.

Para atingir sua finalidade básica, a entidade conta com recursos de contribuições mensais das empresas patrocinadoras e dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados e também com a capitalização dos rendimentos auferidos pela aplicação desses recursos.

A FACEB administra atualmente dois planos de benefícios previdenciais, conforme abaixo:

Quadro 1: Planos de Previdência da FACEB

Plano de Benefícios	CNPB	Modalidade	Patrocínio
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da Faceb	1993.0004-29	BD	- Companhia Energética de Brasília - CEB - CEB Distribuição S/A - FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB
Plano de Benefícios CEBPREV	2006.0068-11	CD	- Companhia Energética de Brasília - CEB - CEB Distribuição S/A - FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - CEB Geração S/A - CEB Participação S/A - CEB Lajeado S/A

Fonte: Gerência de Previdência – GPRV.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, Plano BD, da Faceb, encontra-se fechado para novas adesões.

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

O Plano de Benefícios CEBPREV – Plano CD, na modalidade Contribuição Definida, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC por meio do Ofício nº 4.122 /SPC/DETEC/CGAF, de 19/12/2006, publicado no Diário Oficial da União em 21/12/2006.

Com objetivo de tornar a administração dos serviços mais especializada, a FACEB estuda a possibilidade de cisão dos planos assistenciais e de previdência por meio da criação de instituições independentes, uma responsável pela gestão dos planos de previdência e outra responsável pela administração dos planos de saúde.

A seguir quadro comparativo dos participantes dos Planos BD e CD de 2018 em relação a 2017:

Quadro 2: Demonstrativo de Participantes por Plano

PLANOS	2018		2017	
	ATIVOS	ASSISTIDOS	ATIVOS	ASSISTIDOS
Benefício Definido – BD	345	1.516	399	1.484
Contribuição Definida – CD	849	6	861	0
TOTAL	1.194	1.522	1.260	1.484

Fonte: Gerência de Previdência – GPRV.

A idade média da população do Plano BD (ativos e assistidos) é de 64,5 anos e a idade média da população do Plano CEBPREV é 42,6 anos (Participantes).

Foi publicada no Diário Oficial da União de 30/11/2018, a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que trata da apuração dos resultados, destinação do superavit e equacionamento do déficit. As alterações elencadas na citada resolução trazem regras de solvência dos planos de benefícios previdenciários, determinando tratamentos especiais para destinação da reserva especial e equacionamento do deficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefício.

A Diretoria Executiva apreciou as notas explicativas relativas às demonstrações contábeis no dia 13/03/2019.

Para o exercício de 2018 não houve eventos subsequentes relevantes que gerem ajustes as demonstrações contábeis, conforme CPC nº 24/IAS 10.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e a longo prazo e incluem a totalidade dessas rubricas na contabilização dos planos mantidos pela entidade.

Por determinação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, os valores das demonstrações contábeis e notas explicativas estão expressos em milhares de reais. A FACEB apresenta, mensalmente, balancete por plano de benefício, balancete do Plano de Gestão Administrativa e balancete consolidado. As demonstrações contábeis da FACEB estão apresentadas da seguinte forma:

- Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- Demonstração da Mutação do Patrim nio Social – DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada e por plano de benefício) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior; e
- Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior.

As operações relativas ao plano de assistência   saúde estão demonstradas separadamente de acordo as instruções e a planificação contábil da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS


Em atendimento   Resolução CNPC n  29, de 13 de abril de 2018, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaborac o das demonstrac es contábeis foram:

3.1 Apurac o de Resultados

O resultado do exercício   apurado pelo regime de competência.

3.2 Estimativas e julgamentos contábeis essenciais

A Fundac o realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica



e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. Aquelas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo:

Julgamentos, estimativas e premissas:

a. Provisões técnicas atuariais

Envolvem cálculos complexos em função da utilização de premissas atuariais, premissas econômicas, tais como taxa de inflação, ganho real de investimentos, escala de ganhos salariais, premissas não econômicas, como idade de aposentadoria, mortalidade, composição familiar entre outras. A Fundação contrata empresa especializada independente para calcular as provisões técnicas atuariais.

b. Processos legais

As provisões contingências decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências são avaliadas por consultores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As classificações de risco dos processos judiciais são revisadas periodicamente pela consultoria jurídica da Fundação.

c. Provisão para perdas e para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC n° 34, de 24/09/2009 e apresentados abaixo. As provisões são contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Portanto, os investimentos estão apresentados pelo seu valor líquido.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Quadro 3: Demonstrativo de Dias em atraso e Percentual a Provisionar para Perda

Dias em Atraso	%
De 61 a 120 dias	25%
De 121 a 240 dias	50%
De 241 a 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

Fonte: INSTRUÇÃO SPC N° 34, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009

d. Provisão de Férias e 13º. Salário e Respective Encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o 13º salário, são provisionadas no Plano de Gestão de Gestão Administrativa – PGA, pelo regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.3 Demonstração da Mutação do Patrim nio Social (DMPS) consolidada

A DMPS consolidada destina-se   evidenciac o das alterac es do patrim nio social, no exercício a que se referir.

3.4 Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada

A Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada explica a atividade administrativa da EFPC, evidenciando as alterac es do fundo administrativo.

3.5 Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios

A Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios explica a atividade administrativa da EFPC, relativa a cada plano de benefícios, evidenciando as alterac es do fundo administrativo do plano de benefícios.

3.6 Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL)

A Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios, no exercício a que se referir.

3.7 Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios

A Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios destina-se   evidenciac o das alterac es do ativo líquido do plano de benefícios, no exercício a que se referir.

3.8 Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)

A demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) destina-se a evidenciar a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela entidade.

NOTA 4 – Ativo Realizável

A seguir quadro comparativo do Ativo Realizável por plano:

Quadro 4: Demonstrativo Ativo Realizável dos Planos Administrados pela FACEB

NOME DA CONTA	2018				CONSOLIDADO
	PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÕES COMUNS (*)	
REALIZÁVEL	1.316.344	58.457	23.275	-14.180	1.383.896
GESTÃO PREVIDENCIAL	5.985	1.644	0	0	7.629
GESTÃO ADMINISTRATIVA	8.741	4.855	8.752	-14.163	8.185
INVESTIMENTOS	1.301.618	51.957	14.524	-17	1.368.082

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

2017					
NOME DA CONTA	PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÕES COMUNS (*)	CONSOLIDADO
REALIZÁVEL	1.281.541	43.757	22.656	-14.787	1.333.166
GESTÃO PREVIDENCIAL	6.158	1.321	0	-1	7.478
GESTÃO ADMINISTRATIVA	10.193	3.751	8.956	-14.787	8.113
INVESTIMENTOS	1.265.190	38.685	13.700	0	1.317.575

Fonte: Balançetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

4.1 – Gestão Previdencial: O valor de R\$ 7.629 mil (R\$ 7.478 mil em 2017) é composto de direitos a receber de participantes no valor de R\$ 1.678 mil (R\$ 1.502 mil em 2017), outros recursos a receber de participantes de R\$ 4 mil, depósitos judiciais recursais de R\$ 4.425 mil (R\$ 4.521 mil em 2017) e contribuição da patrocinadora e valores a receber no valor de R\$ 1.522 mil (R\$ 1.455 mil em 2017).

4.2 – Gestão Administrativa: o valor R\$ 8.185 mil (R\$ 8.113 mil em 2017) representa direitos a receber que estão contabilizados pelo regime de competência e depósitos judiciais recursais relativos ao PIS e COFINS

4.3 – Investimentos - neste grupo estão registrados os recursos garantidores das provisões matemáticas e do Plano de Gestão Administrativa em Cotas de Fundo Referenciado DI, em Títulos Públicos Federais. Estão, também, registrados acréscimos ou decréscimos decorrentes de tais operações. Os investimentos, em sua maioria, estão custodiados no Banco Bradesco S/A e na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia. Do Patrimônio total da Faceb em 31 de dezembro de 2018, 3,77% estão sob gestão terceirizada, neste contexto está inserido o Fundo de Renda Fixa.

Os Investimentos da FACEB são acompanhados permanentemente com relatórios produzidos pela gerência de Investimentos e pela empresa prestadora de serviços financeiros (Aditus) e, em reuniões mensais com a mesma, bem como, pelo Comitê de Investimentos da Fundação, onde são definidas as estratégias de investimentos aderentes à Política de Investimentos.

4.3.1 - Os investimentos efetuados em títulos do governo federal e em créditos privados incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

4.3.2 - As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

4.3.3 - Os fundos de Investimento são abertos, estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base as variações de mercado.



FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

4.3.4 - Os Investimentos Imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados no laudo de reavaliação. A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício, na rubrica de rendas/variações positivas de investimentos imobiliários.

O imóvel da Fundação situado em Brasília foi reavaliado em outubro de 2017, o mesmo é reavaliado a cada três anos, a reavaliação abrangeu todo o seu agregado físico. O Laudo foi fundamentado nas normas técnicas da ABNT, Avaliação de Bens, registradas no INMETRO como NBR 14.653 – Parte 1 (Procedimentos Gerais) e Parte 2 (Imóveis Urbanos), a avaliação apresenta a especificação de Grau de fundamentação II e Grau de precisão III, foi utilizado o método comparativo direto de dados de mercado, conforme subitem 8.2.1 da NBR 14653-2, baseado em processo de inferência estatística, com adoção de modelo de regressão linear múltipla, com auxílio do programa SISREN versão 1.98.2. Segue quadro relativo à reavaliação do Imóvel:

Quadro 5: Reavaliação do Imóvel da FACEB (Plano BD)

IMÓVEL	SCS Quadra 4, Bloco "A", nº 141/153 Lotes 10 e 11 Ed. FACEB - Brasília - DF
HISTÓRICO	Reavaliação de Imóvel de Uso Próprio e Locada a Terceiros
DATA DA REAVALIAÇÃO	30/10/2017
DATA DO REGISTRO CONTÁBIL	31/10/2017
AVALIADOR RESPONSÁVEL	Eucalyptus Engenharia e Construção Ltda. CNPJ 03.082.650/0001-11
VALOR CONTÁBIL ATÉ A DATA DA REAVALIAÇÃO	R\$ 18.241 Mil
VALOR DA REAVALIAÇÃO	R\$ 13.000 Mil
RESULTADO DA REAVALIAÇÃO	(R\$ 5.241) Mil
VIDA ÚTIL REMANESCENTE	50 anos
CONTAS CONTÁBEIS RELACIONADAS	123.604.01 e 123.604.03

Após embates judiciais, foi recebido em garantia da CCI da Empresa M. Brasil um imóvel localizado na Rua São Cristóvão - Rio de Janeiro/RJ pelo valor de R\$ 4.283 mil. O imóvel foi contabilizado, porém foi constituída uma provisão para perda por diligência da Administração, tendo em vista a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que dispõe que as aquisições de investimentos imobiliários devem ser precedidas de laudo de avaliação. A provisão para perda do referido imóvel foi realizada, tendo em vista o que dispõe o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nº 27 acerca da contabilização

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

de ativo imobilizado, considerando também o CPC 30, que trata da contabilização de receitas, em consonância com princípio contábil da prudência.

4.3.5 - Os Empréstimos concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais, sendo a taxa adotada para concessão equivalente ao INPC mais 0,70% ao mês.

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04/02, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independente do prazo a decorrer da data de aquisição; e
- Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados em “títulos para negociação” avaliados mensalmente ao valor de mercado são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os efeitos das classificações são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. O quadro a seguir demonstra as referidas classificações:

Quadro 6: Investimentos do Plano Previdência da FACEB (Plano BD)

1 - Investimentos do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB (PLANO BD)

1 - RENDA FIXA

1.1 - Títulos Mantidos até o Vencimento	Exercício 2018 R\$ Mil		Exercício 2017 R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
<u>Títulos Públicos</u>	<u>736.114</u>	<u>1.116.202</u>	<u>406.252</u>	<u>1.071.730</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	736.114	1.116.202	406.252	1.071.730
<u>Créditos Privados e Depósitos</u>	<u>59.869</u>	<u>93.857</u>	<u>59.869</u>	<u>86.789</u>
Debêntures Não Conversíveis - DNC CIA Aberta	1	5	1	5
Cédula de Crédito Bancário - CCB SPE	17.200	13.536	17.200	15.188
Letra Financeira - LF	42.668	80.316	42.668	71.596
<u>Total de Títulos Mantidos até o Vencimento</u>	<u>795.983</u>	<u>1.210.059</u>	<u>466.121</u>	<u>1.158.519</u>

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

Os Títulos Classificados no item 1.1 possuem os seguintes vencimentos para os próximos exercícios:

	Total
Até 60 Dias	0
De 61 a 180 dias	45.195
de 181 a 360 dias	0
Acima de 360 dias	1.164.864
Total	1.210.059

1.2 - Títulos para Negociação	Exercício 2018		Exercício 2017	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Títulos Públicos	0	0	5.098	5.476
Notas do Tesouro Nacional - NTN	0	0	5.098	5.476
Fundos de Investimento	61.816	44.417	61.816	53.220
Renda Fixa	-	8.633	-	18.170
Ações	-	10.550	-	8.699
Direitos Creditórios	13.022	8.190	13.022	8.309
Participações	45.754	9.337	45.754	8.646
Imobiliário	3.040	3.966	3.040	5.784
Multimercado	-	3.741	-	3.613

1.3 - Ações	Exercício 2018		Exercício 2017	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Ações Companhias Abertas	6.327	384	6.327	757
JOAO FORTESON	6.327	384	6.327	757

Notas:

1 - Os títulos para Negociação são considerados com prazo indeterminado.

2 - Declaramos que a FACEB, possui intenção e capacidade financeira suficiente para manter os títulos classificados na categoria 1.1 até a data do seu vencimento.



9

Quadro 7: Investimentos do Plano Previdência da FACEB (Plano CD)

2 - Investimentos do Plano de Previdência da FACEB (PLANO CD)

2 - RENDA FIXA

2.1 - Títulos Mantidos até o Vencimento	Exercício 2018 R\$ Mil		Exercício 2017 R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
Títulos Públicos	16.914	17.270	13.144	15.770
Notas do Tesouro Nacional - NTN	16.914	17.270	13.144	15.770
Créditos Privados e Depósitos	1.086	1.944	1.086	1.722
Letra Financeira - LF	1.086	1.944	1.086	1.722
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	18.001	19.214	14.230	17.491

Os Títulos Classificados no item 2.1 possuem os seguintes vencimentos para os próximos exercícios:

	Total
Até 60 Dias	0
De 61 a 180 dias	0
de 181 a 360 dias	0
Acima de 360 dias	19.214
Total	19.214

2.2 - Títulos Mantidos até o Vencimento	Exercício 2018 R\$ Mil		Exercício 2017 R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Títulos Públicos	8.133	8.787	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.133	8.787	0	0
Fundos de Investimento	0	17.828	0	17.417
Renda Fixa	-	11.730	-	17.417
Ações	-	2.351	-	-
Multimercado	-	3.747	-	-

Notas:

1 - Os títulos para Negociação são considerados com prazo indeterminado.

Quadro 8: Investimentos do Plano de Gestão Administrativa da FACEB (PGA)

3 - Investimentos do Plano de Gestão Administrativa (PLANO PGA)

3 - RENDA FIXA

3.1 - Títulos Mantidos até o Vencimento	Exercício 2018 R\$ Mil		Exercício 2017 R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
Títulos Públicos	3.972	5.223	3.972	5.011
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.972	5.223	3.972	5.011
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	3.972	5.223	3.972	5.011

Os Títulos Classificados no item 2.1 possuem os seguintes vencimentos para os próximos exercícios:

	Total
Até 60 Dias	0
De 61 a 180 dias	0
de 181 a 360 dias	0
Acima de 360 dias	5.223
Total	5.223

3.2 - Títulos Mantidos até o Vencimento	Exercício 2018 R\$ Mil		Exercício 2017 R\$ Mil	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Fundos de Investimento	0	9.301	0	8.688
Renda Fixa	-	9.301	-	8.688

Notas:

1 - Os títulos para Negociação são considerados com prazo indeterminado.

2 - Declaramos que a FACEB, possui intenção e capacidade financeira suficiente para manter os títulos classificados na categoria 3.1 até a data do seu vencimento.

A FACEB mantém provisão para perda no valor total dos investimentos, ou seja, 100%, considerados de difícil realização, conforme Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as mesmas estão acionadas judicialmente visando o seu recebimento, conforme a seguir:

Handwritten signatures and a circled number 11.

Quadro 9: Provisão para Perda Plano Consolidado

DESCRIÇÃO (Consolidado)	Exercício 2018	Exercício 2017
	R\$ Mil	R\$ Mil
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	57.348	57.348
S/A) CDB - Certificado de Depósito Bancário (Banco Santos)	1.794	1.794
Procid Participações e Negócios S/A e Crefisul Leasing	10.682	10.682
S/A) DNC - Debêntures não Conversíveis (Ulbra Recebíveis)	6.722	6.722
DNC - Debêntures não Conversíveis (Sultepa)	11.792	11.792
CCB - Sociedade Ltda. (SAMCIL)	11.026	11.026
(*) CCI - Sociedade Ltda. (M. Brasil)	426	426
CCI - Sociedade Ltda. (Ponto Final/Ameplan)	14.906	14.906
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	5.795	5.795
Aluguéis	1.427	1.427
(*) Imóvel (Rio de Janeiro)	4.368	4.368
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	660	469
Empréstimos	660	469
TOTAL	63.803	63.612

(*) No exercício de 2017 foi baixado da provisão para perda o valor de R\$ 4.283 mil em decorrência de recebimento de imóvel localizado no Rio de Janeiro referente CCI da Empresa M. Brasil, entretanto foi constituída provisão para perda do referido imóvel conforme nota 4.3.4.

4.3.6 – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND

Em 29 de novembro de 2010, foi emitida a certidão do trânsito em julgado da ação que a Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, moveu contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, referente à diferença de correção monetária paga a menor no período de abril/1990 a fevereiro/1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC para o BTN.

A FACEB associada da ABRAPP é parte nessa ação, logo possui uma contingência ativa.

Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a FACEB não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução).

Em 14 de outubro de 2011 a PREVIC encaminhou Ofício n.º 4651/2011/CGMC/DIACE/PREVIC não autorizando o registro contábil.



FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

Quadro 10: Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017
	R\$ Mil	R\$ Mil
TÍTULOS PÚBLICOS	1.147.482	1.097.987
Notas do Tesouro Nacional	1.147.482	1.097.987
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	95.801	88.511
Instituições Financeiras	82.260	73.317
Companhias Abertas	5	5
Sociedades de Propósito Específico	13.536	15.189
AÇÕES	384	757
Companhias Abertas	384	757
FUNDOS DE INVESTIMENTO	71.546	79.326
Referenciado	0	8.688
Renda Fixa	29.663	34.383
Ações	12.902	8.699
Multimercado	7.488	4.817
Direitos Creditórios	8.190	8.309
Participações	9.337	8.646
Imobiliário	3.966	5.784
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	12.955	13.014
Uso Próprio	2.147	2.160
Locadas a Terceiros	10.808	10.854
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	39.279	37.347
Empréstimos	39.279	37.347
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	633	633
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	1.368.082	1.317.575

Fonte: Balançetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

Apresentamos a seguir quadros demonstrativos evidenciando as rentabilidades obtidas e as exigidas em 2017, comparativamente com as de 2018:

Quadro 11: Comparativo Rentabilidade do Plano BD

EXERCÍCIO	RENTABILIDADE PLANO BD		
	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2018	10,43	9,28	1,15
2017	9,34	7,81	1,53

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV/FACEB

Quadro 12: Comparativo Rentabilidade do Plano CD

EXERCÍCIO	RENTABILIDADE PLANO CD		
	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2018	12,61	7,93	4,68
2017	10,08	6,43	3,65

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV/FACEB

[Handwritten signatures and initials]

Quadro 13: Comparativo Rentabilidade do PGA

EXERCÍCIO	RENTABILIDADE PGA		
	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2018	7,94	6,62	1,32
2017	9,65	9,95	-0,30

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV.

Conforme solicitação no Relatório de Fiscalização nº 37/2018 - Processo nº 44011.004144/2018-19 divulgamos a seguir o atingimento da Meta Atuarial, no período de 2012 a 2017.

Rentabilidade do Plano BD x Meta Atuarial (%)				
Ano	Relatórios Anuais			
	Obtido	Exigido	Divulgado	Δ%
			[A]	Correta
2012	14,11	12,57	1,37	1,54
2013	9,79	11,9	-1,89	-2,11
2014	14,42	12,34	1,85	2,08
2015	16,07	17,62	-1,32	-1,55
2016	12,57	12,63	-0,05	-0,06
2017	9,34	7,81	1,53	1,53

NOTA 5 - Ativo Permanente

Registra o valor de bens e direitos imobilizados, além de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício. Os itens do ativo permanente estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações. É composto de imobilizado e intangível, no montante de R\$ 180 mil (R\$ 71 mil em 2017).

Quadro 14: Ativo Permanente da FACEB

DESCRIÇÃO_CONTA	Exercício 2018	Exercício 2017
	R\$ Mil	R\$ Mil
PERMANENTE	180	71
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	101	32
(-) DEPRECIACÃO	-109	57
CUSTO ATRIBUÍDO - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	210	89
VEÍCULOS	8	18

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

(-) DEPRECIAÇÃO	-29	66
CUSTO ATRIBUÍDO - VEÍCULOS	37	84
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	70	21
(-) DEPRECIAÇÃO	-201	130
CUSTO ATRIBUÍDO - COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	271	151
VENTILADORES E REFRIGERADORES DE AR	0	0
(-) DEPRECIAÇÃO	-58	60
CUSTO ATRIBUÍDO - VENTILAD. E REFRIGERADORES	58	60

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

A FACEB adotou as seguintes taxas de depreciação e amortização:

- Móveis e utensílios: 10 % a.a.;
- Máquinas e equipamentos: 10 % a.a.;
- Computadores e periféricos: 20 % a.a.;
- Ventiladores e refrigeradores de ar: 25% a.a.;
- Veículos: 20% a.a.; e
- Intangível: 20% a.a.

NOTA 6 - Gestão Assistencial

Está Registrado o ativo total do plano de assistência à saúde, com registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Quadro 15: Gestão Assistencial

		R\$ MIL	
CONTA	NOME DA CONTA	2018	2017
1.4.0.0.00.00.00.00.00.00.00.00.00	GESTÃO ASSISTENCIAL	44.806	43.404

NOTA 7 - Regime Tributário

7.1 - Imposto de Renda para as Entidades Fechadas

Em 29 de dezembro de 2004 foi publicada a Lei nº 11.053, conversão da MP nº 209 de 2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. A lei, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2005, isentou os Fundos de Pensão do pagamento do Imposto de Renda.

7.2 - Imposto de Renda para os Participantes

De acordo com a legislação vigente para os planos previdenciários na modalidade BD (Benefício Definido), é utilizada a tabela progressiva de Imposto de Renda. Para os



participantes do plano CD (Contribuição Definida) é opcional a escolha da tabela de IRRF (progressiva ou regressiva).

7.3 - PIS e Cofins

O PIS e a Cofins são calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base nas receitas auferidas de acordo com a legislação pertinente, e partir da competência do mês de março/2006 passaram a ser depositados judicialmente. (nota 10). A partir da competência de janeiro de 2015 as referidas contribuições passaram a ser recolhidas normalmente, e não mais depositadas judicialmente, conforme orientação jurídica.

NOTA 8 – CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o valor das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para a cobertura dos respectivos custos administrativos.

As fontes utilizadas para o custeio administrativo dos planos de benefícios geridos pela FACEB foram as seguintes:

- Contribuição dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio Anual;
- Contribuição das patrocinadoras definidas no plano de custeio anual;
- Resultado dos investimentos;
- Taxa de administração de empréstimos aos participantes;
- Reembolso dos Patrocinadores e Instituidores;
- Receitas Administrativas;
- Fundo Administrativo.

O teto limite de destinação de recursos (fontes), para o plano de gestão administrativa, é de 1% de taxa de administração, percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir. A Faceb destinou o percentual de 0,64% (0,73% em 2017), conforme demonstrado a seguir:

A) RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT

		R\$ Mil
1.0.0.0.00.00.00	ATIVO	1.353.646
1.1.0.0.00.00.00	DISPONÍVEL	71
1.2.3.0.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.353.575
2.0.0.0.00.00.00	PASSIVO	1.810
2.1.3.0.00.00.00	EXIG. OPERACIONAL INVESTIMENTOS	1.177
2.2.0.0.00.00.00	EXIG. CONTINGENCIAL INVESTIMENTOS	633
RGRT =	(ATIVO - PASSIVO)	1.351.836

B) RECURSOS DESTINADOS AO PGA

CONTAS		R\$ Mil
3.4.2.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES/REEMBOLSOS	2.712
5.4.0.0.00.00.00	COBERTURA/REVERSÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	5.920
RECURSOS TRANSFERIDOS AO PGA		8.632

C) TAXA DE ADMINISTRAÇÃO =
$$\frac{\text{(Recursos destinados ao PGA)} \times 100}{\text{RGRT}} = \mathbf{0,64}$$

Limite legal: 1%
Meta aprovada pelo Conselho
Deliberativo 0,64%

Quanto ao critério de Rateio das despesas administrativas, as despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios foram custeadas integralmente pelo plano a que se referir, não cabendo rateio entre os demais planos.

As despesas administrativas comuns foram custeadas pelos planos de benefícios por meio de critério de rateio, de acordo com a seguinte metodologia:

- As despesas administrativas previdenciais foram custeadas pelos Planos de Benefícios administrativos pela FACEB considerando o número de participantes e seus pesos, bem como as reservas matemáticas dos planos de benefícios.
- As despesas administrativas assistenciais foram integralmente custeadas pelos Planos de Benefícios assistenciais administrados pela FACEB.
- As despesas administrativas de investimentos foram custeadas pelos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, na proporção dos recursos garantidores de cada um no total de recursos administrados pela FACEB.

As despesas administrativas foram contabilizadas no PGA – Plano de Gestão Administrativa, as quais foram rateadas entre as Gestões Previdencial, Assistencial e Fluxo dos Investimentos, seguindo as seguintes diretrizes:

Quadro 16: Critério de Rateio Despesas Administrativas

GESTÃO	PESSOAL E ENCARGOS	SERVIÇOS DE TERCEIROS	DESPESAS GERAIS
PREVIDENCIAL	27,69%	39,08%	21,52%
INVESTIMENTO	33,87%	26,62%	32,85%
ASSISTENCIAL	38,44%	34,30%	45,63%

Obs.: As despesas totais de Pessoal e encargos foram rateadas de acordo com percentuais apresentados (média ponderada), facilitando desta forma a parte operacional.

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
<http://www.faceb.com.br>

NOTA 9 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

O montante de R\$ 8.238 mil (R\$ 5.272 mil em 2017) deste grupo representa os compromissos financeiros assumidos pela FACEB e não liquidados até a data do balanço. Está assim distribuído: Gestão Previdencial - R\$ 4.940 mil (R\$ 3.955 mil em 2017), Gestão Administrativa - R\$ 2.262 mil (R\$ 1.279 mil em 2017) e Investimentos - R\$ 1.036 mil (R\$ 38 mil em 2017).

Quadro 17: Exigível Operacional

NOME DA CONTA	2018				CONSOLIDADO
	PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÃO COMUNS (*)	
EXIGÍVEL PREVIDENCIAL	6.041	510	2.271	-584	8.238
GESTÃO PREVIDENCIAL	4.874	500	0	-434	4.940
GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	2.271	-9	2.262
INVESTIMENTOS	1.167	10	0	-141	1.036

NOME DA CONTA	2017				CONSOLIDADO
	PLANO BD	PLANO CD	PGA	OPERAÇÃO COMUNS (*)	
EXIGÍVEL PREVIDENCIAL	4.540	297	1.280	-845	5.272
GESTÃO PREVIDENCIAL	4.057	292	0	-394	3.955
GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	0	1.280	-1	1.279
INVESTIMENTOS	483	5	0	-450	38

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

NOTA 10 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FACEB é parte em processos contingenciais de natureza cível e Tributária. O critério adotado pela Fundação considera a possibilidade de ocorrência de perda nas ações de pólo passivo, com base na avaliação jurídica de cada ação, conforme quadro a seguir:

Quadro 18: Exigível Contingencial

Descrição	Exigível Contingencial			Total R\$ Mil
	Previdencial Plano BD	Investimento Plano BD	Administrativo	
Valor Provisionado	4.629	633	7.605	12.867
Depósitos judiciais e recursais	(4.411)	(633)	(7.528)	(12.572)
Saldo líquido	218	0	77	295

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

Está registrado no exigível contingencial da Gestão Previdencial o valor R\$ 4.629 mil (R\$ 4.827 mil em 2017).

As eventuais perdas foram enquadradas em remotas, prováveis e possíveis, para fins de registro nas demonstrações contábeis, levando-se em consideração a seguinte regra de provisionamento: 100% do valor apurado nos processos avaliados como perda provável e nenhum tratamento contábil aos processos avaliados como perda remota e possível, conforme quadro a seguir:

Quadro 19: Valor em Risco

EXPECTATIVA DE PERDA	PREVIDENCIAL PLANO BD		PGA	
	VALOR EM RISCO	VALOR PROVISIONADO	VALOR EM RISCO	VALOR PROVISIONADO
REMOTA	6.276	0	228	0
PROVÁVEL	215	215	77	77
POSSÍVEL	214	0	0	0
TOTAL	6.705	215	305	77

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

Os valores relativos aos depósitos judiciais/recursais referentes ao contingencial estão contabilizados em contas do ativo, sendo R\$ 4.411 mil (R\$ 4.521 mil em 2017) da Gestão Previdencial, R\$ 633 mil (R\$ 633 mil em 2017) do Investimento e R\$ 7.528 mil (R\$ 7.528 mil em 2017) da Gestão Administrativa.

No Exigível contingencial administrativo estão contabilizados os valores relativos à ação judicial de tributos (PIS e COFINS), considerando que a exigibilidade destes vem sendo discutida judicialmente no valor de R\$ 7.528 mil (R\$ 7.528 mil em 2017).

NOTA 11 – PROVISÕES MATEMÁTICAS**11.1 - Plano na modalidade Benefício Definido**

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos de consultoria atuarial contratada pela entidade e acompanhados por atuário interno, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos, benefícios a conceder e à provisão matemática a constituir.

Para a avaliação atuarial do exercício foram utilizados os dados cadastrais posicionados em 31 de dezembro de 2018 e as seguintes hipóteses e premissas atuariais, atestadas pelo atuário responsável pelo Plano:



Quadro 20: Demonstrativo Metodologia de Avaliação Atuarial Plano BD

Hipótese	Utilizada na Avaliação Atuarial 2018	Utilizada na Avaliação Atuarial 2017
Tábua de mortalidade geral (válidos)	AT - 2000 M&F suavizada em 10%	AT - 2000 M
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Taxa real anual de juros	5,00%	5,70%
Taxa anual de crescimento real dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Rotatividade	Tábua experiência GAMA –FACEB 2010 – 2014 (Taxa média de 0,23%)	Tábua experiência GAMA –FACEB 2010 – 2014 (Taxa média de 0,19%)
Fator de capacidade salarial	0,9828	0,9814
Fator de capacidade dos benefícios	0,9828	0,9814
Taxa anual de inflação estimada	3,91%	4,24%

Fonte: LAUDO ATUARIAL PLANO BD DA MERCER GAMA

Foi adotado o método Agregado e o regime financeiro de Capitalização para determinar as obrigações projetadas com aposentadorias, pensão por morte, pecúlio por morte e abono anual. Para os benefícios de auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-funeral, adotou-se o regime de Repartição Simples.

As provisões de benefícios concedidos representam o valor atual dos benefícios futuros já concedidos, líquidos das futuras contribuições, a serem pagos aos assistidos e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada.

As provisões de benefícios a conceder representam o valor atual dos benefícios futuros, ainda não concedidos, deduzido das futuras contribuições, a serem pagos aos participantes ativos na forma de benefícios, sejam de prestação continuada, sejam de prestação única (Pecúlio por morte).

As provisões matemáticas a constituir – serviço passado – representam o registro de pagamentos futuros de joia a amortizar de participantes.

A taxa de juros atuarial para o exercício de 2018 foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 363, de 26/04/2018.

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a “duração” do passivo do Plano BD resultou em 12,37 anos, com taxa anual de juros de 5,00% ao ano.

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico, que confirmou a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios, em atendimento à Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e à Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e consequente adoção da taxa anual de juros de 5,00% ao ano, em substituição à taxa de 5,70% que vinha sendo desde a Avaliação Atuarial de dezembro/2015.

A Diretoria, considerando os dois principais riscos aos quais um plano BD está exposto, quais sejam a longevidade e taxa real de juros, observou, ao longo dos últimos testes de adequação e convergência de hipóteses, uma tendência de alteração das premissas vigentes, apesar destas ainda serem adequadas à massa de Participantes e Assistidos.

No caso da tábua de mortalidade geral, o risco de longevidade é atenuado a partir da adoção de tábua com maior expectativa de vida, e para a taxa real anual de juros, com a adoção de taxa de convergência com maior nível de confiança. Se ambas as premissas forem adotadas, imediatamente, no processo de migração e saldamento, haverá uma mitigação do risco de perdas futuras.

Portanto, na Avaliação Atuarial Especial do PLANO BD, para fins de determinação das reservas de migração, considerou-se um cenário de aumento da longevidade e redução da taxa de juros, com fins de mitigar os anteditos riscos. A escolha da tábua de mortalidade tem embasamento no último teste de aderência realizado e aprovado pelos órgãos de governança da FACEB (Relatório MERCER 053 RE 145/18), pelo qual a tábua AT-2000 M&F Suavizada em 10% se apresentou melhor classificada do que a tábua vigente no ranking das tábuas apresentadas, conforme metodologias dispostas na Nota Técnica Atuarial de Testes de Hipóteses.

Considerando as tábuas de mortalidade testadas, a tábua AT-2000 M&F Suavizada em 10% foi a segunda colocada no ranking, tendo obtido um p-valor semelhante ao da primeira colocada pelo teste de Kolmogorov-Smirnov, além de apresentar melhor resultado pelo teste de Qui-Quadrado de independência, que avalia a diferença absoluta entre eventos ocorridos e esperados, indicando, desse modo, menor probabilidade de perdas futuras.

No caso da taxa real de juros, realizou-se um estudo de Cash Flow Matching, considerando o fluxo atuarial do PLANO BD na posição 31/12/2017, o qual indicou como resultado uma taxa interna de retorno máxima representando o nível mínimo de confiança (50%), ou seja 5,44% a.a, observando que a Instrução PREVIC reza que a taxa de juros real anual projetada em estudo técnico de adequação com a utilização de método probabilístico não poderá adotar nível de confiança inferior a 50%. Dessa forma, num range admitido de percentual de taxa variando entre 4,19% a 6,38%, optou-se pela redução da taxa para 5,00% representando, neste cenário, um aumento no nível de confiança para 76,10%, dentro portanto das margens regulamentares estabelecidas e, consequentemente, indicando redução da probabilidade de perdas futuras em função da escolha dessa premissa e converge às taxas atualmente praticadas no mercado.

Insta aclarar que a taxa aprovada pelos órgãos de governança da FACEB, Ata do Conselho Deliberativo da Reunião Extraordinária No. 289, de 14 de dezembro de 2018, foi fruto de estudos técnicos da área de Controle Interno e Risco de Investimento e se encontra arquivado na Fundação. O estudo foi ratificado pelo AETQ – Administrador Estatutário

Tecnicamente Qualificado, conforme determina a Instrução PREVIC no. 23 de 26 de junho 2015.

11.2 - Plano na modalidade Contribuição Definida

As provisões matemáticas são determinadas em função dos recursos acumulados, compostos pelas contribuições dos participantes, patrocinadoras e a rentabilidade proveniente da aplicação dos recursos.

Para a avaliação atuarial do exercício foram utilizados os dados cadastrais posicionados em 31 de dezembro de 2018 e as seguintes hipóteses e premissas atuariais, atestadas pelo atuário responsável pelo Plano:

Quadro 21: Demonstrativo Metodologia de Avaliação Atuarial Plano CD

Hipótese	Utilizada na Avaliação Atuarial 2018	Utilizada na Avaliação Atuarial 2017
Tábua de mortalidade geral (válidos)	AT - 2000 M&F suavizada em 10%	AT - 2000 M
Taxa real anual de juros	4,23%	4,38%

Fonte: LAUDO ATUARIAL PLANO BD DA MERCER GAMA

11.3 – Provisões Consolidadas

O quadro a seguir demonstra as provisões matemáticas consolidadas dos Planos de Benefício Definido e Contribuição Definida:

Quadro 22: Demonstrativo das Provisões Matemáticas Consolidadas

DESCRIÇÃO_CONTA	Exercício 2018 R\$ Mil	Exercício 2017 R\$ Mil
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	1.346.448	1.284.701
1. Provisões Matemáticas	1.769.422	1.542.867
1.1. Benefícios Concedidos	1.435.863	1.072.364
Contribuição Definida	1.037	-
Benefício Definido	1.434.826	1.072.364
1.2. Benefício a Conceder	392.660	470.555
Contribuição Definida	50.906	29.995
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	25.228	14.842
Saldo de contas - parcela participantes	25.678	15.153
Benefício Definido	341.754	440.560
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(59.102)	(52)
(-) Serviço passado	(42)	(52)
(-) Participantes	(42)	(52)
(-) Déficit Equacionado	(59.060)	(33.185)
(-) Patrocinador (es)	(19.817)	(11.502)
(-) Participantes	(8.226)	(6.314)
(-) Assistidos	(31.016)	(15.369)
2. Equilíbrio Técnico	(422.974)	(240.525)
2.1. Resultados Realizados	(422.974)	(240.525)
Déficit técnico acumulado	(422.974)	(240.525)

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

NOTA 12 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Compreende o excedente ou a insuficiência patrimonial (deficit/superavit) em relação aos compromissos totais da Fundação.

O Plano BD apresentou, no exercício, deficit técnico de (R\$ 182.449 mil). O deficit do Plano aumentou de (R\$240.525) mil em 31/12/2017, para (R\$ 422.974) mil em 31/12/2018. A situação deficitária do Plano foi agravada em função do aumento nas provisões matemáticas, especialmente pela alteração das premissas atuariais de tábua de sobrevivência e da taxa de juros. O referido resultado deficitário foi amenizado pelo equacionamento relativo ao exercício de 2017, realizado na avaliação atuarial.

Conforme contido no parecer atuarial, no período compreendido entre janeiro/2018 e dezembro/2018, a meta atuarial do Plano foi de 9,33%, composta pelo INPC de 3,43% mais taxa de juros de 5,70%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 10,43% representando um ganho atuarial de 1,01%.

O Plano CD não apresenta superávit/déficit, uma vez que todos os valores que ingressam ao Plano, seja a título de contribuição ou a título de rentabilidade, são integralmente direcionados para a constituição de Provisões Matemáticas e Fundos, mantendo, desta forma, uma equalização constante entre ativos e passivos.

NOTA 13 – AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa anual de juros utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,0% e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em informações complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2018 do Plano BD resultou em um valor positivo de R\$178.679 mil, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 23: Demonstrativo Ajuste da Precificação

Ano Vencimento	Freq. Anual	Qtde. Títulos	Taxa Média (%)
2019	3	8.000	6,68
2021	1	1.350	6,12
2023	17	15.505	6,52
2024	7	80.415	8,29
2026	4	12.370	6,37
2030	4	55.158	6,67
2035	14	49.910	6,94
2040	4	7.200	6,10
2045	5	51.000	7,95
2050	15	62.371	5,59
2055	5	16.450	6,51
Total	79	359.729	6,64

Fonte: ATUARIO FACEB

Valor Contábil	R\$ 1.090.674.184
Valor Ajustado	R\$ 1.269.353.494
Ajuste	R\$ 178.679.310

Os resultados acumulados dos exercícios de 2018 e 2017 do plano BD foram apurados pelo regime de competência e resultaram no deficit contábil de (R\$ 422.974 mil) em 2018 e (R\$ 240.525 mil) em 2017.

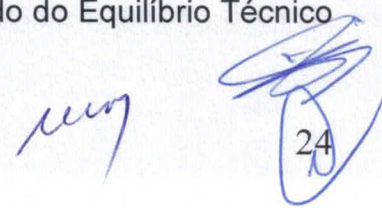
A partir do exercício de 2014, a Fundação passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser à base de cálculo para a apuração do resultado para equacionamento de deficit técnico do plano.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de deficits, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (“duration” do passivo atuarial). Para o deficit, o limite é dado pela fórmula (“duration” – 4) x 1% x reserva matemática.

De acordo com Parecer Atuarial, na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, tendo sido observados os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 4 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela FACEB, montou R\$178.679 mil que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de (R\$244.295 mil).

Desta forma, conforme previsto na legislação pertinente, o resultado do Equilíbrio Técnico



Ajustado, de (R\$244.295 mil) deficitário é superior ao limite de Déficit Técnico Acumulado de (R\$143.753 mil) ou 8,37% das Provisões Matemáticas, apurado com base na Duração do Passivo de 12,37 anos, em 31/12/2018. Há, portanto, necessidade de realização e aprovação de um novo plano de equacionamento no exercício subsequente (terceiro equacionamento), no valor mínimo de R\$100.542 mil, na forma da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 e suas alterações.

Vale ressaltar que no ano de 2016 foi apurado o equacionamento de R\$33.185 mil e, no ano de 2017 de R\$25.654, sendo que esse último se inicia com recebimentos mensais a partir de fev/2019 durante o prazo de 209 meses.

NOTA 14 – FUNDOS

14.1 - Fundos Previdenciais - Fundo Coletivo (Plano CD)

O Fundo Coletivo foi constituído no exercício de 2018 pelas transferências dos saldos verificados nas contas previdenciais dos participantes, que efetuaram resgate por motivo de cancelamento de inscrição, decorrente das parcelas não resgatáveis, correspondente às contribuições dos Patrocinadores mais a sua respectiva remuneração.

Quadro 24: Variação Fundo Coletivo

DESCRIÇÃO	2018 R\$ Mil	2017 R\$ Mil
FUNDO COLETIVO	1.166	827
SALDO ANTERIOR	827	649
CONSTITUIÇÕES	339	178

Fonte: Balançotes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

O Fundo Previdencial destina-se à redução de contribuições do Plano CEBPREV ou valorização da cota patrimonial, conforme venha ser definido pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

14.2 - Fundo Administrativo

É formado pelas sobras do custeio administrativo, apuradas mensalmente, mais a remuneração dos seus recursos que estão aplicados no Fluxo de Investimentos. O valor deste fundo, na data do balanço, é R\$ 13.943 mil (R\$ 12.267 mil em 2016), suficiente para garantir o ativo permanente, que nessa data totaliza R\$ 71 mil (R\$ 115 mil em 2016).

A movimentação do fundo administrativo nos exercícios findos em 31 de dezembro foi efetuada da seguinte forma:



Handwritten signatures and a circled number 25.

Quadro 25: Variação Fundo Administrativo

DESCRIÇÃO	2018 R\$ Mil	2017 R\$ Mil
FUNDO ADMINISTRATIVO	13.596	13.943
SALDO ANTERIOR	13.943	12.267
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	14.981	15.743
DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO EXERCÍCIO	(16.222)	(15.256)
REMUNERAÇÃO DO FUNDO	894	1.189

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

Do total de R\$ 13.596 mil, R\$ 8.741 mil é a participação do plano "BD" e R\$ 4.855 mil do plano "CD".

14.3 - Fundo de Quitação de Empréstimos p/ Risco

Este fundo representa a garantia para possíveis perdas com empréstimos concedidos aos participantes da Fundação e foi criado em cumprimento ao Regulamento de Empréstimo a Participantes. Os recursos que constituem este fundo são oriundos da taxa de 0,5%, deduzida no ato de liberação de cada empréstimo aos participantes, acrescidos de mais 1% caso o participante não tenha constituído reserva de poupança suficiente para cobrir o valor do empréstimo no caso de participantes do plano BD, e ainda do recebimento mensal de remuneração, proporcional a seus recursos aplicados. Na data do balanço o seu montante é R\$ 1.807 mil (R\$ 1.787 mil em 2016). No plano CD o risco passou a ser coberto pela seguradora Mongeral S/A.

Quadro 26: Variação Fundo Quitação de Empréstimos p/ Risco

DESCRIÇÃO	2018	2017
FUNDO DE INVESTIMENTO	1.848	1.807
SALDO ANTERIOR	1.807	1.787
CONSTITUIÇÕES	127	85
REVERSÕES	(249)	(193)
RENTABILIDADE	163	128

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

Do total de R\$ 1.848, R\$ 1.837 mil pertence ao plano "BD" e R\$ 11 mil ao plano "CD".

NOTA 15 – GESTÃO ASSISTENCIAL

Está registrado o passivo total do plano de assistência à saúde, com registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O ativo e o passivo totalizam o valor de R\$ 44.806 mil (R\$ 43.404 mil em 2017), sendo R\$ 7.531 mil (R\$ 3.635 mil em 2017) corresponde ao Patrimônio Social, sendo constituído no exercício de 2018 o valor de R\$ 3.896 mil (R\$ 2.358 mil em 2017).

FACEB Fundação de Previdência dos Empregados da CEB

SCS, Quadra 4, Bloco A, Lotes 141/153, Ed. FACEB, CEP: 70304-905 - Brasília/DF
Fone: (61) 3312-0201/ Fax: (61) 3312-0240 CNPJ: 00.469.585/0001-93
http://www.faceb.com.br

Quadro 27: Gestão Assistencial

R\$ MIL

CONTA	NOME DA CONTA	2018	2017
2.4.0.0.00.00.00.00.00.00.00.00	GESTÃO ASSISTENCIAL	44.806	43.404

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

NOTA 16 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes da consolidação das Demonstrações contábeis no período de 2018 e 2017.

Quadro 28: Demonstrativo de Ajustes e Eliminações (Consolidado)

DESCRIÇÃO	2018 R\$ MIL	2017 R\$ MIL
ATIVO	(14.180)	(14.788)
REALIZÁVEL	(14.180)	(14.788)
GESTÃO PREVIDENCIAL	-	(1)
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	-	(1)
GESTÃO ADMINISTRATIVA	(14.163)	(14.787)
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	(567)	(844)
PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	(13.596)	(13.943)
GESTÃO INVESTIMENTOS	(17)	-
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	(9)	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(8)	-
PASSIVO	(14.180)	(14.788)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(584)	(845)
GESTÃO PREVIDENCIAL	(434)	(394)
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	(434)	(394)
GESTÃO ADMINISTRATIVA	(9)	(1)
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	(9)	(1)
INVESTIMENTOS	(141)	(450)
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	(141)	(450)
PATRIMÔNIO SOCIAL	(13.596)	(13.943)
PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	(13.596)	(13.943)

NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS

A Faceb administra planos de benefícios conforme descrito na Nota 1, os aportes dos participantes, assistidos e patrocinadores desses planos de benefícios estão relacionados no quadro a seguir:



Quadro 29: Receita de contribuição de participantes e patrocinadores

Plano	2018		2017	
	Patrocinadora R\$ MIL	Participantes R\$ MIL	Patrocinadora R\$ MIL	Participantes R\$ MIL
PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO - BD	5.868	14.463	25.056	12.841
CEB	5.673	14.217	24.826	12.584
FACEB	195	246	230	257
PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD	5.351	5.977	4.746	4.767
CEB	5.059	5.685	4.511	4.532
FACEB	292	292	235	235
TOTAL	11.219	20.440	29.802	17.608

Fonte: Balançetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos à alta administração (Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos) são apresentados como segue:

Quadro 30: Custos com Remuneração Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.

DESCRIÇÃO	2018 R\$ Mil	2017 R\$ Mil
Benefícios de curto prazo (remuneração, contribuição para INSS, FGTS e outros)	1.708	1.796
Benefícios pós-emprego (contribuição patronal Plano de Benefícios)	89	100
Total	1.797	1.896

Fonte: Balançetes de Dezembro exercícios 2017 e 2018

NOTA 18 – SALDOS DE CONTAS COM DENOMINAÇÃO “OUTROS”

Conforme determina a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, item II, apresenta-se a seguir os saldos relevantes das contas “Outros” nos seus respectivos grupos de contas. Segundo essa norma a entidade deverá apresentar detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação “Outros”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas.

Contas de Resultado**• Gestão Administrativa Previdencial – Serviços de Terceiros**

Apresenta saldo na conta “Outros” no montante de R\$ 392 mil (R\$ 372 mil em 2017). Este valor refere-se a despesas com serviços de terceiros, como vigilância, limpeza, locação de sistemas etc.

• **Gestão Administrativa Investimento – Serviços de Terceiros**

Apresenta saldo na conta “Outros” no montante de R\$ 331 mil (R\$ 313 mil em 2017). Este valor refere-se a despesas com serviços de terceiros, como vigilância, limpeza, locação de sistemas etc.

NOTA 19 – RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATO COM A PATROCINADORA – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

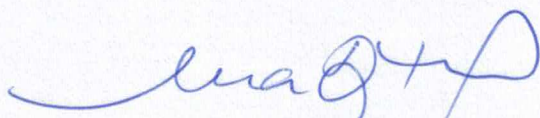
De acordo com o quarto termo aditivo ao contrato 083/2001-PRPJU-CEB, assinado em 1 de abril de 2015, foi suspensa pelo período de 15 (quinze) meses, a contar de 01 de abril de 2015 até 30 de junho de 2016, obrigando-se a CEB, a recolher mensalmente à correção integral de cada parcela suspensa ou seja juros equivalentes a 6% ao ano, capitalizados mensalmente, bem como correção monetária calculada de acordo com a variação do INPC/IBGE, conforme contrato principal.

O valor do saldo devedor remanescente foi apurado em 01 de abril de 2015, no valor de R\$ 28.897 mil sendo financiado em 13 (treze) parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira delas no dia 31 de julho de 2016.

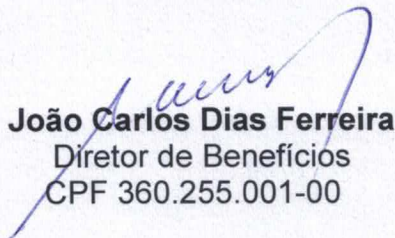
Os pagamentos das parcelas foram retomados regularmente conforme termo aditivo ao contrato de suspensão.

O referido contrato foi integralmente pago durante o exercício de 2017.

Brasília, 13 de março de 2019.



Marco Antonio Vieira
Presidente
CPF 239.337.041-20



João Carlos Dias Ferreira
Diretor de Benefícios
CPF 360.255.001-00



Naor Alves de Paula Filho
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 307.609.091-72



André Bahia Ribeiro
Contador CRC-DF 19172
CPF 005.378.011-62